

RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Em defesa do meio ambiente, do patrimônio
cultural e dos consumidores

Lei 7.347/1985 e legislação complementar

15ª EDIÇÃO
revista, atualizada
e ampliada

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

SUMÁRIO

NOTA À 15. ^a EDIÇÃO.....	7
1. DE ORDEM GERAL.....	15
1.1. O conteúdo do <i>nomen juris</i> – Ação civil pública.....	15
1.2. A natureza jurídica da Lei 7.347/85: direito material ou processual?.....	30
2. OBJETO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	37
3. O INTERESSE À PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	63
3.1. A imbricação entre interesse processual e legitimação para agir.....	63
3.2. <i>Quid juris</i> em tema de ação civil pública?.....	70
4. A QUESTÃO DO FORO COMPETENTE.....	87
5. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....	115
5.1. O rito adotado.....	117
5.2. A petição inicial.....	123
5.3. A tutela provisória: de urgência, antecipatória e da evidência.....	133
6. LEGITIMAÇÃO PARA AGIR.....	139
6.1. Esclarecimentos preliminares.....	139
6.2. Qualificação jurídica da legitimação prevista no art. 5.º da Lei 7.347/85... ..	143
6.3. Os colegitimados ativos.....	147
6.3.1. O Ministério Público.....	147
6.3.2. Defensoria Pública.....	184
6.3.3. As associações.....	188
6.3.4. União, Estados, Distrito Federal, Municípios e seus entes paraes- tatais. A “solução publicista”.....	208
6.4. Legitimação passiva. Ações coletivas passivas.....	235
7. TUTELA PROVISÓRIA.....	261
7.1. Distinção entre “medida cautelar” e “processo cautelar”.....	266
7.2. Bens suscetíveis de proteção cautelar.....	272
7.3. Limites do poder cautelar.....	275

8.	LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA. POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	295
8.1.	Contraponto em face da ação popular.....	295
8.2.	No polo ativo.....	301
8.3.	No polo passivo.....	307
8.4.	Intervenção do cidadão, isoladamente ou em grupo.....	314
9.	ACORDOS NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	327
9.1.	Transação.....	331
9.2.	Indisponibilidade do objeto.....	345
10.	SENTENÇA.....	355
10.1.	Sua natureza da sentença em ação civil pública.....	355
10.2.	Prestação positiva/negativa ou multa diária?.....	368
10.3.	Multa diária: condenação autônoma ou <i>astreinte</i> ?.....	373
10.4.	Multa “suficiente ou compatível”.....	376
11.	RECURSOS.....	385
11.1.	De ordem geral.....	385
11.2.	Os arts. 12, § 1.º, e 14 da Lei 7.347/85.....	398
11.3.	Desistência ou renúncia.....	405
12.	COISA JULGADA.....	409
12.1.	O art. 16 da Lei 7.347/85.....	409
12.2.	A coisa julgada nas ações coletivas.....	425
12.3.	Propostas de <i>lege ferenda</i>	442
13.	RESPONSABILIDADE CIVIL.....	453
13.1.	Sua natureza nos interesses metaindividuais.....	453
13.2.	Danos ao meio ambiente.....	456
13.3.	Danos ao patrimônio cultural <i>lato sensu</i>	465
13.4.	Prejuízos aos consumidores.....	470
13.5.	Causas de exclusão de responsabilidade.....	477
13.6.	Solidariedade entre os responsáveis.....	485
13.7.	Responsabilidade civil do Estado.....	489
14.	SANÇÕES DE NATUREZA PROCESSUAL.....	501
14.1.	“Litigância de má-fé”.....	507
14.2.	Visão crítica.....	514
14.3.	Síntese da questão relativa aos ônus da sucumbência e às sanções processuais nas ações coletivas.....	522

15. TUTELA PENAL DOS INTERESSES DIFUSOS E O DEVER DE INFORMAÇÃO.....	529
15.1. O art. 10 da Lei 7.347/85 e os elementos desse tipo penal	529
15.2. O dever de informação no que respeita à ameaça ou lesão aos interesses difusos.....	535
15.3. Outras figuras penais concernentes a interesses difusos	540
15.4. Visão crítica.....	545
APÊNDICE	553
Legislação Federal.....	553
Lei 7.347, de 24.07.1985 – Ação civil pública.....	553
Lei 7.853, de 24.10.1989 – Deficientes físicos (arts. 3º a 8º)	559
Lei 7.913, de 07.12.1989 – Investidores no mercado de valores mobiliários (arts. 1º e 3º)	562
Lei 8.069, de 13.07.1990 – Criança e Adolescente (arts. 210, 211 e 224) ...	562
Lei 8.078, de 11.09.1990 – Consumidores (arts. 81 a 104)	563
Dec. 1.306, de 09.11.1994 – Fundo de Defesa de Direitos Difusos.....	571
Lei 10.671, de 15.05.2003 – Estatuto do Torcedor (arts. 2º, 2º-A, 3º, 40 e 41-A).....	575
Lei 10.741, de 01.10.2003 – Estatuto do Idoso (arts. 1º, 70, 71, 81 e 89).....	575
Lei 11.105, de 24.03.2005 – Biossegurança e patrimônio genético (art. 20).....	576
Lei 11.340, de 07.08.2006 – Violência doméstica (arts. 28, 37 e 41).....	577
Lei 12.288, de 20.07.2010 – Estatuto da Igualdade Racial (arts. 1º e 55)....	578
Lei 12.846, de 01.08.2013 – Responsabilidade de pessoa jurídica por ato lesivo à Administração Pública (arts. 1º, 3º, 19, 21, 27 e 30).....	578
Lei 13.655, de 25.04.2018 – Inclui no Decreto-Lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público (arts. 1º, 22 e 28).	580
Legislação do Estado de São Paulo.....	580
Lei 6.536, de 13.11.1989 – Fundo Especial de Defesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados.....	580
Dec. 27.070, de 08.06.1987 – Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados	583
BIBLIOGRAFIA.....	587